

Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e contribuições para a inclusão escolar

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2026.24.2.12376>

Naiele Gleisse de Oliveira Cerqueira¹ Rosineide Pereira Mubarack Garcia²

Resumo: A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, constitui uma política pública essencial para garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel estratégico ao oferecer suporte pedagógico complementar ao ensino regular. Este estudo tem como objetivo analisar a organização e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado em um Centro Territorial de Educação Profissional da rede estadual da Bahia, buscando compreender seus desafios e contribuições para a inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com professoras atuantes no AEE. Os resultados evidenciam que o atendimento contribui para a promoção da autonomia, da participação e da aprendizagem dos estudantes, além de favorecer a articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo. Entretanto, persistem desafios relacionados à formação continuada dos docentes, ao fortalecimento do trabalho colaborativo e à ampliação dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, professores, famílias e profissionais do Atendimento Educacional Especializado, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Educação Profissional e Tecnológica; Inclusão Escolar; Formação Docente.

Specialized Educational Services in Vocational and Technological Education: challenges and contributions to school inclusion

Abstract: Special Education, from the perspective of inclusive education, constitutes an essential public policy to guarantee access, permanence, participation, and learning for students who are the target audience of Special Education. In this context, Specialized Educational Services (AEE) plays a strategic role by offering complementary pedagogical support to regular education. This study aimed to analyze the organization and functioning of Specialized Educational Services in a Territorial Center for Professional Education in the state network of Bahia, seeking to understand its challenges and contributions to school inclusion. This is qualitative research, developed through document analysis and semi-structured interviews with teachers working in AEE. The results showed that the service contributes to the promotion of autonomy, participation, and

¹ Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em ensino de Biologia e Ciências (Faculdade Iguazu). Atua como professora de Ciências no Ensino Fundamental e de Biologia no Ensino Médio. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0334-5459>. E-mail: naielegleisse@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia (FEBA). Mestre em Ensino, Filosofia e História da Ciências (UFBA/UEFS). Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Vinculada ao Curso de Licenciatura em Biologia e ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9901-2495>. E-mail: rose.mubarack@ufrb.edu.br

learning of students, in addition to favoring the articulation between the different actors involved in the educational process. However, challenges persist related to the continuing education of teachers, the strengthening of collaborative work, and the expansion of pedagogical and accessibility resources. It is concluded that the implementation of inclusive education in Vocational and Technological Education depends on the articulation between public policies, school management, teachers, families, and professionals in Specialized Educational Services, strengthening pedagogical practices committed to guaranteeing the right to quality education for all.

Keywords: Special Education; Specialized Educational Services; Vocational and Technological Education School Inclusion; Teacher Training.

Introdução

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas ao assegurar o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem em ambientes escolares comuns. Nesse contexto, a Educação Especial, na perspectiva da inclusão, organiza-se como modalidade transversal de ensino, responsável por ofertar recursos e serviços que favoreçam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas diferentes etapas e modalidades da educação.

No Brasil, esse direito foi fortalecido por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que consolidaram a organização de sistemas educacionais inclusivos e a garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. (Brasil, 2015).

Entre as ações previstas por essas políticas destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço complementar e suplementar à escolarização que busca eliminar barreiras ao processo de ensino e aprendizagem, promovendo a autonomia e a participação dos estudantes por meio de recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias educacionais adequadas às suas necessidades.

Apesar dos avanços legais, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade que exige práticas pedagógicas capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a aprendizagem e a formação para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, torna-se relevante compreender como o Atendimento Educacional Especializado é desenvolvido na Educação Profissional e Tecnológica. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a política de Atendimento Educacional

Especializado em um Centro Territorial de Educação Profissional da rede estadual da Bahia, buscando compreender sua organização, funcionamento e contribuições para a inclusão escolar.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado.

Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, consolidou-se como modalidade transversal de ensino, fundamentada no direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes escolares comuns. Essa concepção reconhece a diversidade como característica inerente ao processo educativo e orienta a eliminação das barreiras que limitam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e fortalecido pelos princípios da Declaração de Salamanca (1994), que defendem a construção de sistemas educacionais inclusivos e a garantia da participação de todos os estudantes. (Brasil, 1988).

A consolidação da educação inclusiva também pressupõe a reorganização das práticas pedagógicas e institucionais, de modo a responder às necessidades de todos os estudantes. Nessa perspectiva, Glat e Blanco (2007) defendem que a diversidade deve ser compreendida como característica inerente ao ambiente escolar, exigindo o desenvolvimento de estratégias que assegurem não apenas o acesso, mas também a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Assim, a inclusão escolar configura-se como um processo contínuo de transformação das práticas educativas e da cultura institucional.

Para Mantoan (2015), a inclusão escolar ultrapassa a matrícula do estudante na escola regular e exige mudanças nas práticas pedagógicas, na organização institucional e na concepção de ensino, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo do ambiente escolar.

Em diálogo com essa concepção, Sassaki (2006) compreende a inclusão como um processo contínuo de transformação da sociedade e das instituições, fundamentado na eliminação das barreiras que limitam a participação das pessoas com deficiência. Para o autor, a construção de ambientes inclusivos exige mudanças nas práticas pedagógicas,

nas atitudes e na organização escolar, favorecendo o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) compreende que a aprendizagem ocorre por meio da mediação e das interações sociais, indicando que estratégias pedagógicas adequadas potencializam o desenvolvimento dos estudantes, inclusive daqueles público-alvo da Educação Especial.

Neste ínterim, a Educação Especial na perspectiva inclusiva fundamenta-se no reconhecimento das potencialidades dos estudantes, na valorização das diferenças e na construção de ambientes educacionais acessíveis, democráticos e comprometidos com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

Atendimento Educacional Especializado como política de inclusão

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e regulamentado pelo Decreto nº 7.611/2011, constitui serviço complementar e suplementar destinado à eliminação de barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O AEE complementa a escolarização, oferecendo recursos e estratégias que favorecem o acesso ao currículo, sem substituir o ensino desenvolvido na sala de aula comum.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pelo professor do Atendimento Educacional Especializado ultrapassa a adaptação de materiais didáticos. Ele atua na mediação do processo de aprendizagem, elaborando estratégias pedagógicas, selecionando recursos de acessibilidade e articulando ações com docentes, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos.

Entretanto, embora os avanços legislativos tenham fortalecido as políticas de inclusão, a efetivação do Atendimento Educacional Especializado ainda enfrenta desafios relacionados à formação continuada dos professores, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à acessibilidade e à articulação entre os diferentes profissionais da escola. Tais aspectos demonstram que a consolidação da educação inclusiva depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também do compromisso institucional em desenvolver práticas pedagógicas colaborativas e centradas nas potencialidades dos estudantes.

Educação Profissional e Tecnológica e inclusão escolar

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como finalidade promover a formação integral dos estudantes, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e

sociais à preparação para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, busca desenvolver competências que favoreçam a autonomia, o pensamento crítico e a participação social.

Essa concepção aproxima-se das reflexões de Moura (2010), ao defender que a Educação Profissional e Tecnológica deve promover uma formação humana integral, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Para o autor, a formação profissional ultrapassa a preparação para o mercado de trabalho, devendo contribuir para a emancipação dos sujeitos e para o exercício da cidadania. Sob essa perspectiva, a inclusão escolar fortalece esse compromisso ao assegurar que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades de formação e desenvolvimento profissional.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a Educação Profissional deve ser compreendida como parte de um projeto educativo comprometido com a formação integral dos sujeitos, superando perspectivas restritas à preparação para o mercado de trabalho. Essa concepção reforça a necessidade de práticas inclusivas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes.

Entretanto, a efetivação da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica ainda apresenta desafios significativos. Entre eles destacam-se a necessidade de formação continuada dos docentes, a ampliação dos recursos de acessibilidade, a adequação dos espaços físicos, a disponibilização de tecnologias assistivas e o fortalecimento da articulação entre professores do ensino regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, equipe gestora e famílias. Esses elementos são fundamentais para que a inclusão ultrapasse o cumprimento da legislação e se concretize como prática cotidiana nas instituições de ensino.

Além dos aspectos estruturais, a Educação Profissional possui especificidades relacionadas às atividades práticas, aos laboratórios e à preparação para o mundo do trabalho, exigindo que as estratégias inclusivas sejam planejadas de acordo com as características de cada curso e com as necessidades individuais dos estudantes. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve contemplar adaptações curriculares, metodologias diversificadas e recursos de acessibilidade que garantam igualdade de oportunidades durante todo o percurso formativo.

Nesse contexto, a compreensão da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica requer a articulação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a atuação do Atendimento Educacional Especializado.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, buscando analisar a organização e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em um Centro Territorial de Educação Profissional da rede estadual da Bahia. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências e práticas, conforme discutido por Minayo (2010).

A utilização de entrevistas semiestruturadas mostrou-se adequada aos objetivos da investigação por possibilitar compreender as experiências e percepções das participantes acerca do Atendimento Educacional Especializado. Conforme Lüdke e André (2018), esse instrumento favorece a compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais, permitindo ao pesquisador interpretar significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e experiências.

De acordo com Flick (2009), as pesquisas qualitativas possibilitam compreender fenômenos sociais em seus contextos de ocorrência, valorizando a interpretação das experiências vivenciadas pelos participantes. Essa perspectiva mostrou-se pertinente ao presente estudo por favorecer a análise da organização e do funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, fundamentadas em produções científicas, documentos legais e no Projeto Político-Pedagógico da instituição investigada. A análise documental possibilitou compreender os documentos em seu contexto de produção, conforme propõe Cellard (2008).

A produção dos dados ocorreu mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais diretamente envolvidos no Atendimento Educacional Especializado da instituição pesquisada. A escolha dos participantes considerou sua atuação nas ações voltadas à inclusão escolar, permitindo compreender como o AEE é organizado e desenvolvido no contexto da Educação Profissional.

Os dados foram analisados de forma interpretativa, considerando aspectos relacionados à organização do atendimento, às estratégias pedagógicas, aos desafios enfrentados pelos profissionais e às contribuições do AEE para a inclusão escolar, em diálogo com a literatura especializada e as políticas públicas da área.

A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às investigações com seres humanos, garantindo o sigilo das informações e a preservação da identidade das participantes, identificadas por pseudônimos inspirados em nomes de flores ao longo da apresentação dos resultados.

Resultados e Discussão

Os resultados são apresentados e discutidos de forma articulada, a partir da análise documental e das entrevistas realizadas com as professoras do Atendimento Educacional Especializado. Para favorecer a compreensão dos achados, a discussão foi organizada em torno de três eixos analíticos: a organização do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras e os desafios para a consolidação da inclusão escolar nesse contexto.

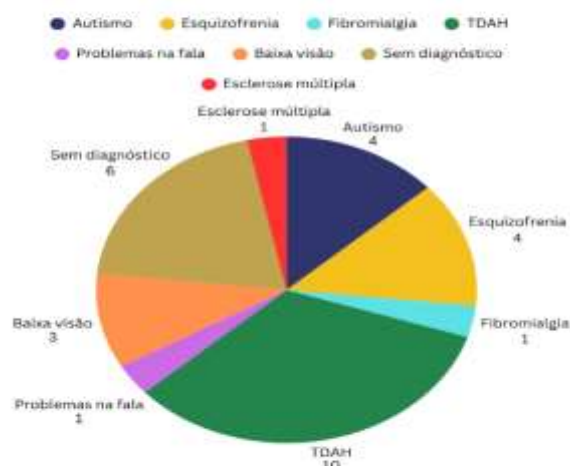
A análise documental e as entrevistas evidenciaram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel essencial na promoção da inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) Recôncavo II Alberto Torres. Sua organização demonstra compromisso institucional com a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) evidenciou que a inclusão escolar constitui um princípio orientador das ações institucionais, prevendo estratégias de acessibilidade e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes. Contudo, a efetivação dessas diretrizes depende da atuação articulada entre gestão, professores, profissionais do AEE e famílias, demonstrando que a inclusão exige ações permanentes no cotidiano escolar.

A caracterização dos estudantes atendidos revelou a diversidade de perfis presentes na instituição, contemplando diferentes deficiências e necessidades educacionais específicas. Esse aspecto reforça a necessidade de planejamento pedagógico flexível e da adoção de estratégias diversificadas capazes de atender às singularidades de cada estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e potencialidades.

Figura 1 – Caracterização dos estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado

**Mapeamento dos estudantes
que necessitaram do AEE
durante o ano de 2024.**



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Os resultados demonstram que o Atendimento Educacional Especializado favorece a identificação das necessidades individuais dos estudantes e o planejamento de intervenções pedagógicas adequadas às suas especificidades. Esses achados corroboram Mantoan (2015), ao defender que a inclusão escolar depende da reorganização da escola e da valorização da diversidade no processo educativo.

Observou-se ainda que o AEE contribui para reduzir barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, ampliando a participação e a autonomia dos estudantes. Esse resultado dialoga com Vygotsky (1998), ao evidenciar a importância das mediações pedagógicas para o desenvolvimento e a aprendizagem.

No que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado, as entrevistas evidenciaram que o AEE constitui um importante espaço de mediação pedagógica, favorecendo o desenvolvimento acadêmico, social e pessoal dos estudantes público-alvo da Educação Especial. As participantes destacaram que o atendimento vai além da oferta de recursos didáticos adaptados, envolvendo o acompanhamento individualizado dos estudantes, o planejamento de estratégias de ensino, a orientação aos docentes do ensino regular e a articulação com os diferentes setores da instituição.

Os relatos demonstram que o planejamento das ações pedagógicas considera as necessidades específicas de cada estudante, respeitando suas potencialidades e seu ritmo de aprendizagem. Para isso, são desenvolvidas adaptações de materiais, utilização de recursos de acessibilidade, acompanhamento das atividades acadêmicas e orientações permanentes aos professores das disciplinas técnicas e da formação geral. Essa atuação evidencia que o Atendimento Educacional Especializado não se restringe ao espaço da sala de recursos, mas integra um conjunto de ações voltadas à promoção da inclusão em todo o ambiente escolar.

As professoras também ressaltaram que o diálogo constante com os docentes do ensino regular constitui um dos fatores que favorecem o desenvolvimento dos estudantes. A troca de informações sobre dificuldades, avanços e estratégias pedagógicas possibilita a construção de práticas mais inclusivas e fortalece o trabalho colaborativo entre os profissionais da instituição. Entretanto, as entrevistadas reconhecem que essa articulação ainda enfrenta limitações, principalmente em razão da elevada demanda de trabalho e da necessidade de ampliar os momentos de planejamento coletivo.

Figura 2 – Principais estratégias pedagógicas desenvolvidas pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Os resultados também evidenciam que a atuação das professoras extrapola as atribuições tradicionalmente associadas ao Atendimento Educacional Especializado. Além das intervenções pedagógicas, as profissionais acompanham aspectos relacionados à permanência dos estudantes na instituição, orientam familiares quando necessário e colaboram na busca de soluções para dificuldades que possam comprometer o percurso

escolar. Essa atuação amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece a construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão.

Esses achados corroboram as reflexões de Mantoan (2015), ao defender que a inclusão escolar depende da construção de práticas colaborativas e da reorganização do trabalho pedagógico, superando ações isoladas e centradas exclusivamente no estudante. Da mesma forma, dialogam com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem é favorecida por processos de mediação social, nos quais o professor exerce papel fundamental na criação de condições que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos.

Observou-se, ainda, que o compromisso das professoras com a inclusão ultrapassa o cumprimento das atribuições previstas na legislação. Seus relatos revelam uma atuação pautada na valorização das capacidades dos estudantes, na construção de vínculos e na busca contínua por estratégias capazes de favorecer o acesso ao currículo e a participação nas atividades desenvolvidas pela instituição. Esses aspectos demonstram que o Atendimento Educacional Especializado, quando articulado às práticas pedagógicas da escola, contribui significativamente para a consolidação de uma educação profissional inclusiva. Conforme relatou a participante identificada como Lírio:

O trabalho do AEE é invisível. É um trabalho diferente dos colegas da sala regular e, para alcançar determinados objetivos, requer muita paciência, pois não é um trabalho imediato, e sim a longo prazo. [...] Não são todos os professores da sala regular que colaboram com o atendimento, pois a maioria desses profissionais não teve uma formação [...] que abordasse a inclusão. [...] Existe uma parceria, mas também existe o professor exausto, com a saúde mental abalada [...] que, muitas vezes, também não quer se preparar, por achar que não é seu papel enquanto docente. (Lírio, 2025).

O depoimento evidencia que os desafios enfrentados pelo Atendimento Educacional Especializado extrapolam a dimensão pedagógica, envolvendo aspectos relacionados à formação inicial dos docentes, às condições de trabalho e à construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão. Embora as participantes reconheçam avanços na articulação entre o AEE e o ensino regular, demonstram que a efetivação de práticas inclusivas ainda depende do fortalecimento do trabalho colaborativo e de investimentos na formação continuada, corroborando as discussões de Mantoan (2015) sobre a responsabilidade coletiva da escola na promoção da educação inclusiva.

Os resultados evidenciam que, embora o Atendimento Educacional Especializado desempenhe papel fundamental na promoção da inclusão escolar, sua efetivação ainda

enfrenta desafios relacionados à formação docente, aos recursos pedagógicos, ao trabalho colaborativo e ao envolvimento das famílias, aspectos que influenciam diretamente o desenvolvimento dos estudantes e a consolidação de práticas inclusivas.

Além das práticas pedagógicas desenvolvidas, os depoimentos das participantes evidenciaram desafios que ainda dificultam a consolidação da inclusão escolar na Educação Profissional e Tecnológica. Entre eles, destacam-se aspectos relacionados à formação docente, aos recursos pedagógicos, destacando-se a necessidade de ampliar a formação continuada dos professores do ensino regular. Embora demonstrem interesse em desenvolver práticas inclusivas, muitos docentes relatam insegurança diante das especificidades dos estudantes, evidenciando a necessidade de fortalecer uma cultura institucional baseada na colaboração e no planejamento coletivo.

Outro aspecto destacado refere-se ao papel da família, cuja participação favorece o acompanhamento escolar, fortalece o vínculo entre escola e estudante e contribui para o desenvolvimento da autonomia. Por outro lado, o distanciamento familiar pode limitar algumas intervenções pedagógicas propostas pela instituição.

A preocupação das participantes com o desenvolvimento integral dos estudantes também se evidencia na forma como compreendem a atuação do Atendimento Educacional Especializado. Mais do que considerar diagnósticos clínicos, as professoras destacam a importância de reconhecer as necessidades individuais e promover um atendimento pautado no acolhimento e na inclusão. Conforme relatou a professora, identificada pelo pseudônimo Rosa: "...o atendimento transcende o diagnóstico, e o acolhimento é a prioridade." (Rosa, 2025). O relato evidencia uma concepção de inclusão centrada nas potencialidades dos estudantes e na eliminação de barreiras à aprendizagem, reafirmando a importância de práticas pedagógicas voltadas às necessidades de cada sujeito.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, as participantes destacaram que a inclusão deve favorecer não apenas a permanência dos estudantes, mas também sua preparação para o mundo do trabalho. Nesse processo, o AEE contribui para o desenvolvimento da autonomia, da confiança e da participação nas atividades formativas.

Os resultados demonstram que a consolidação da inclusão na Educação Profissional depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, professores, Atendimento Educacional Especializado, estudantes e famílias, evidenciando que a inclusão constitui uma responsabilidade compartilhada.

Esses achados corroboram Mantoan (2015), ao evidenciar que a construção de uma escola inclusiva requer mudanças pedagógicas e institucionais, bem como investimentos contínuos em formação docente, acessibilidade e fortalecimento das práticas colaborativas.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a organização e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em um Centro Territorial de Educação Profissional da rede estadual da Bahia, buscando compreender suas contribuições para a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A partir da análise documental e das entrevistas realizadas com as professoras do AEE, foi possível identificar que esse serviço desempenha papel fundamental na promoção da permanência, da participação e do desenvolvimento dos estudantes, por meio de práticas pedagógicas pautadas na mediação, no acolhimento e na articulação com os diferentes atores da comunidade escolar.

Os resultados evidenciaram que o Atendimento Educacional Especializado ultrapassa a oferta de recursos e adaptações pedagógicas, constituindo-se como um espaço de construção de estratégias inclusivas que favorecem o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e fortalecem sua formação integral. Entretanto, a pesquisa também revelou desafios relacionados à formação continuada dos docentes, à ampliação do trabalho colaborativo, às condições estruturais da instituição e à necessidade de consolidar uma cultura inclusiva que envolva toda a comunidade escolar.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, verificou-se que a atuação do AEE contribui não apenas para o acesso e a permanência dos estudantes na escola, mas também para o fortalecimento de sua autonomia, de sua participação nas atividades formativas e de suas perspectivas de inserção social e profissional. Esses resultados reforçam a importância da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, professores, famílias e profissionais do Atendimento Educacional Especializado para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acerca da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado. Além disso, a pesquisa poderá

incentivar novas investigações que aprofundem a compreensão sobre os desafios e as possibilidades da educação inclusiva em diferentes contextos educacionais.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CETEP. Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Torres. **Projeto Político-Pedagógico**. Cruz das Almas, 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. (org.). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macêdo Varela. **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 30. ed. São Paulo: Vozes, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional:** dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Submissão: 30/06/2026. **Aprovação:** 22/08/2026. **Publicação:** 31/08/2026.